

Decisão do STF pode provocar danos à pesquisa científica



» LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO
Advogado

O leitor do **Correio Braziliense** deve se lembrar da pesquisadora Mariângela Hungria (uma das ranqueadas pela *Forbes*) laureada com o prêmio World Food Prize (equivalente ao Prêmio Nobel, na Agropecuária). Ela teve o reconhecimento mundial por suas contribuições científicas. Pois bem, o que a sociedade brasileira não sabe é que, muito breve, a professora Mariângela Hungria pode ser aposentada compulsoriamente, mesmo em plena capacidade de trabalho, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Sim, o STF está a ponto de tomar uma decisão que vai provocar sérios e irreparáveis danos à pesquisa científica brasileira.

Está em julgamento no Plenário Virtual um processo (RE 1.519.008-PE) que analisa se o parágrafo 16 do artigo 201 da CF/88, que trata da aposentadoria compulsória dos servidores públicos celetistas ao completarem 75 anos, é de aplicação imediata, ou depende de regulamentação legal.

O ministro Gilmar Mendes, relator do processo, votou pela aplicação imediata, com a rescisão dos contratos de trabalho e demissão sumária dos servidores. Sem FGTS e aviso prévio. Gilmar já foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Zanin e Toffoli.

O ministro Flávio Dino, seguramente preocupado com a possível evasão de cientistas brasileiros para outros países, pediu vistas do processo para melhor

examinar o assunto e interrompeu o julgamento virtual. Faltam, ainda, os votos dos demais ministros.

Os ministros Edson Fachin e André Mendonça já decidiram em outros processos similares que o dispositivo legal possui eficácia contida, ou seja, depende de edição de norma complementar a ser editada pelo Congresso Nacional, como está escrito no próprio parágrafo 16.

No Congresso, o entendimento é o mesmo dos ministros Fachin e Mendonça, tanto que a senadora Soraya Thronicke (PL 2635/2022) e o deputado Luiz Carlos Hauly (PLP 158/2025) apresentaram projetos para regulamentar o citado parágrafo. Ambos estão em tramitação no legislativo.

O Congresso Nacional deve ser o campo próprio para promover o debate com a sociedade civil, com as entidades empregadoras e entre os parlamentares, competindo-lhes editar a lei que pode e deve regulamentar o assunto. A missão não é do STF.

O grande prejuízo que a implementação imediata causará à pesquisa científica é a interrupção dos projetos de pesquisa em andamento cuja responsabilidade está a cargo de cientistas que já completaram ou estão prestes a completar 75 anos.

Uma vez demitidos das suas respectivas entidades contratantes os pesquisadores não poderão dar continuidade aos trabalhos que vinham desenvolvendo, porque as normas administrativas não permitem que os pesquisadores, ou qualquer pessoa, possam atuar nas dependências das entidades sem que haja contrato de trabalho e a remuneração correspondente.

Importa ressaltar que os projetos estratégicos de grande relevância e magnitude são conduzidos por pesquisadores seniores, que acumularam seus conhecimentos durante décadas de exercício profissional, treinamento formal e relacionamento internacional. Não há no quadro funcional das entidades outros pesquisadores com o mesmo conhecimento e expertise.

Pelo lado econômico, vale lembrar que a formação profissional desses pesquisadores envolveu vultuosíssimos recursos públicos, seja nas universidades públicas nacionais, seja como bolsistas em cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior. Além disso, durante o desenvolvimento e a acumulação dos conhecimentos, os pesquisadores foram remunerados com recursos públicos.

Acrescente-se, ainda, que foram os recursos públicos que equiparam os laboratórios e campos experimentais, onde os trabalhos foram e são desenvolvidos. Bom lembrar: o custeio permanente teve a mesma origem de fonte de recursos públicos.

Para ficar no exemplo da pesquisa agropecuária, a relevância desse trabalho é amplamente reconhecida. O Brasil deixou de ser importador de alimentos e se transformou em potência agropecuária graças às pesquisas da Embrapa e de outras instituições públicas, com impacto direto na redução da pobreza, na segurança alimentar e no crescimento econômico.

Quanto à pesquisadora Mariângela Hungria, festejada pelo Brasil por ter recebido o prêmio World Food Prize, não se sabe sequer se será possível substituí-la. E, caso isso ocorra, levará pelo menos duas décadas para que outro profissional atinja o mesmo patamar de excelência. É o risco de desperdiçarmos capital humano único e insubstituível.

Mais grave ainda: adicione-se a hipótese de a pesquisadora Mariângela — e outros — decidirem transferir-se para outro país que lhes deem melhores condições de trabalho. O Brasil não só perde o que investiu nesses cientistas como eles vão produzir para esse novo país, que não investiu nenhum centavo nas suas formações.

A esperança é que a maioria dos ministros do STF entenda que defender a ciência brasileira é o passo mais importante neste momento e abdique de praticar ato contrário aos interesses nacionais.



Brasília e o desafio de planejar a felicidade



» IVELISE LONGHI
Arquiteta e urbanista pela UnB, especialista em Desenvolvimento Regional, ex-secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal e integrante do CODESE-DF

A felicidade também tem endereço — e ela começa no planejamento das cidades.

A recente aprovação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e o processo em curso de atualização das políticas de transporte e mobilidade (PDTM) colocam Brasília diante de uma oportunidade rara: repensar seu futuro urbano a partir de um critério muitas vezes negligenciado — a qualidade de vida das pessoas.

Essa reflexão ganhou ainda mais força no último dia 20 de março, quando a capital sediou o Congresso da Felicidade, em sintonia com o Dia Internacional da Felicidade, instituído pelas Nações Unidas. O encontro reforçou uma ideia essencial: felicidade não é apenas uma experiência individual, mas também um projeto coletivo — e, portanto, uma agenda pública.

Costumamos associar felicidade a algo íntimo. No entanto, ela é profundamente influenciada pelo ambiente em que vivemos. A forma como as cidades são organizadas, os espaços que oferecem e a maneira como nos deslocamos impactam diretamente nosso bem-estar. Em certo sentido, a felicidade também é uma

construção urbana.

Esse debate se torna ainda mais urgente em um contexto marcado por um paradoxo: nunca estivemos tão conectados digitalmente — e, ao mesmo tempo, mais expostos ao isolamento na vida real. A vida mediada por telas ampliou conexões, mas reduziu, em muitos casos, os encontros cotidianos. Compartilhamos o mesmo espaço urbano, mas nem sempre convivemos.

É justamente nesse ponto que o planejamento urbano se torna estratégico. Cidades bem desenhadas podem funcionar como antídotos a esse isolamento, criando espaços que convidem ao encontro, à permanência e à convivência.

Há territórios que produzem o efeito oposto: longas distâncias entre moradia e trabalho, horas perdidas no trânsito e ausência de espaços públicos acolhedores. São lugares onde o cotidiano se torna exaustivo e a convivência desaparece.

Mas há também cidades que promovem bem-estar. A forma urbana e a mobilidade influenciam comportamentos, relações sociais e até o nível de estresse da população. Cidades mais felizes não surgem por acaso — são resultado de escolhas conscientes sobre como organizar o território e priorizar as pessoas.

Nesse contexto, instrumentos como o plano diretor e as políticas de mobilidade assumem papel decisivo. Eles orientam como a cidade cresce e como as pessoas vivem esse crescimento.

A revisão do PDOT e a atualização das políticas de transporte em Brasília caminham nessa direção. Ao tratar da ocupação do território, da sustentabilidade

urbana e da integração entre atividades, esses instrumentos buscam promover um desenvolvimento mais equilibrado e atento à qualidade de vida.

Priorizar o transporte coletivo, os sistemas sobre trilhos, a caminhabilidade e a mobilidade ativa não é apenas uma decisão técnica — é uma escolha sobre o tempo e a vida das pessoas.

Menos tempo no trânsito significa mais tempo para a família, para o convívio e para a cidade. Planejar o território, portanto, não é apenas organizar espaços. É criar condições para o bem-estar. É reconhecer a felicidade como um indicador de desenvolvimento social e um objetivo legítimo das políticas públicas.

O verdadeiro sucesso de uma cidade não está apenas em seus indicadores econômicos, mas na forma como acolhe seus cidadãos e promove oportunidades de vida digna e plena.

O desafio do nosso tempo é claro: construir cidades que não apenas funcionem melhor, mas que permitam viver melhor. Em um ano eleitoral, essa agenda ganha ainda mais relevância. Os futuros candidatos ao governo devem incorporar de forma clara, em suas propostas, o compromisso com um planejamento urbano que promova qualidade de vida, reduza desigualdades e coloque as pessoas no centro das decisões.

Cidades com ruas caminháveis;
Com praças vivas e parques acessíveis;
Com espaços seguros, inclusivos e acolhedores.
Cidades onde as pessoas não apenas passem — mas permaneçam, convivam e se reconheçam.
Cidades, enfim, que promovam felicidade.

A eleição que você vai assistir em 2026 já não é mais a mesma



» MARCELO VITORINO
Consultor em marketing político e eleitoral

Imagine receber um vídeo no celular mostrando um candidato confessando algo grave. A imagem é nítida, o rosto é reconhecível, a voz é dele. Só que ele nunca disse aquilo. O vídeo foi fabricado por inteligência artificial em minutos. Você compartilha antes de descobrir. Seus contatos compartilham também. Até que alguém desminta, o estrago já está feito.

Esse não é um cenário futurista. É uma possibilidade concreta, que já se materializou em eleições pelo mundo e que vai estar presente no Brasil em 2026. A inteligência artificial chegou ao jogo eleitoral com potencial real de alterar a relação entre candidatos, eleitores e a própria democracia.

A partir de 2026, o Brasil opera com regras mais definidas sobre o tema. Nas eleições anteriores, o uso de inteligência artificial em campanhas era praticamente proibido. Agora é permitido, mas com regulação rígida. Em março deste ano, o TSE publicou a Resolução 23.755, que exige transparência, identificação dos conteúdos gerados por IA e veda os chamados deep fakes eleitorais, os vídeos e áudios sintéticos que colocam na boca de candidatos coisas que jamais disseram. É um passo concreto e necessário, mas é também o começo de uma conversa que a sociedade inteira ainda precisa ter.

Porque a mesma tecnologia que ameaça também democratiza. Um candidato a deputado com poucos recursos pode usar a inteligência artificial para elaborar conteúdo, analisar dados, planejar ações e se comunicar com o eleitor de forma competitiva com candidatos financeiramente muito mais fortes. Algo que até pouco tempo era exclusividade de campanhas bem financiadas. Nesse sentido, a IA tem potencial real de equilibrar uma disputa que historicamente sempre favoreceu quem tinha mais dinheiro.

O problema é que essa mesma porta, aberta para a democratização, é também a entrada para todo tipo de abuso possível. Os deep fakes evoluíram a ponto de confundir especialistas treinados para identificá-los. Não é exagero dizer que chegamos a um momento em que quase tudo pode ser fabricado artificialmente: imagens, vozes, vídeos, declarações, documentos. Uma Era da Incerteza, em que o eleitor não tem mais como confiar automaticamente no que recebe, seja pelo WhatsApp, pelas redes sociais, seja por plataformas de notícias.

Por décadas, o eleitor brasileiro aprendeu a filtrar propaganda, desconfiar de santinhos e reconhecer o exagero dos jingles. Esse senso crítico foi sendo construído ao longo de gerações de eleições. O desafio agora é que ele foi treinado para um ambiente que está desaparecendo. Distinguir uma fotografia real de uma imagem gerada por computador exige hoje um nível de atenção que a maioria das pessoas simplesmente não tem no ritmo acelerado do consumo de informação pelo celular. E o risco não é só o de acreditar no que é falso. É mais sutil: quando tudo pode ser falso, o eleitor começa a desconfiar também do que é verdadeiro.

Diante disso, cada ator do processo democrático vai precisar assumir um papel diferente. Partidos e candidatos terão que investir muito mais em velocidade de resposta digital, usando redes sociais, mecanismos de busca e as próprias ferramentas de IA para combater desinformação antes que ela se espalhe. A mídia tradicional vai precisar ocupar com mais força o papel de referência do que é verificado e real. Num cenário em que qualquer pessoa pode fabricar qualquer coisa, o jornalismo que apura, confronta e assina embaixo se torna mais valioso, não menos.

E o eleitor? Vai precisar desenvolver um novo hábito: perguntar, antes de compartilhar, de onde vem aquela informação e quem se beneficia com a sua circulação. Não é paranoia. É o mesmo processo de aprendizado que fez gerações anteriores entenderem que novela é ficção e que nem tudo que sai no jornal é imparcial. Teremos que aprender, coletivamente, que o que circula na internet pode não corresponder à realidade. E que a velocidade com que algo se espalha não diz nada sobre se é verdadeiro.

Esse aprendizado não é opcional. É a condição para que a democracia funcione num ambiente em que a mentira ganhou velocidade industrial. A tecnologia mudou. As regras começaram a mudar. Falta a consciência acompanhar.